

Bolsonaro prepara decreto sobre direitos de policiais

Bolsonaro prepara decreto sobre direitos humanos dos policiais

Governo federal pretende criar programa 'PraViver' e cita garantia à liberdade de expressão

Fábio Zanini e Fábio Serapião

SÃO PAULO O governo de Jair Bolsonaro (PL) prepara um decreto que cria um programa de defesa dos direitos humanos de policiais, além de apoiar um projeto de lei nesse sentido de autoria de duas deputadas aliadas. As forças de segurança são parte importante da base política e social do presidente, que se prepara para tentar novo mandato na campanha eleitoral.

O Painei, da Folha, obteve uma minuta do decreto, que deve ser apresentado até março, e o teor do projeto, das deputadas Major Fabiana (PSL-RJ) e Carla Zambelli (PSL-SB). Ambos tratam da implementação do programa PraViver, inspirado num projeto existente no Rio de Janeiro.

Os textos abarcam temas como melhoria da qualidade

no trabalho, combate ao racismo e defesa da liberdade de expressão e são um afago nos agentes de segurança no momento em que o presidente tenta uma reaproximação com suas entidades de classe.

Um dos principais eixos é "reforçar a compreensão de que os profissionais de segurança pública também são titulares de direitos humanos, devem agir como defensores e promotores desses direitos e precisam ser vistos desta forma pela comunidade".

Os policiais, em especial as carreiras federais, estão descontentes por causa de perdas na reforma da Previdência e na PEC Emergencial.

Além disso, a proposta vem em meio à expectativa de que Bolsonaro cumpra a promessa de dar aumento salarial às carreiras federais. O valor foi reservado no orçamento, mas após ameaça de greve de ou-

tras categorias há dúvidas se o reajuste será concedido.

As diretrizes estipuladas no decreto pretendem gerar políticas nacionais em quatro eixos: proteção da vida e da personalidade, garantia das liberdades individuais, salvaguardas sociais e defesa da dignidade e direitos culturais dos agentes de segurança.

No governo, os ministros Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e Anderson Torres (Justiça) estabelecerão mecanismos "destinados a estimular e monitorar" as ações com base das diretrizes do decreto.

Uma das diretrizes vistas como fundamentais pelos policiais e que mostra como o decreto deve agradar a categoria é a previsão de apoio às famílias e a projetos que criam seguro especial para os servidores, orientação psicológica para parentes e auxílio fune-

ral em caso de morte. Há previsão de auxílio jurídico para obtenção dos benefícios.

O texto aborda o fomento e monitoramento de políticas de crédito para habitação e criação de mecanismos para proteção de famílias de policiais que moram em áreas conflagradas, como algumas comunidades do Rio de Janeiro.

Há ainda diretrizes sobre liberdade de expressão, utilizada como bandeira política por Jair Bolsonaro.

Nesse tópico, o texto debatido pelo governo prevê a garantia para o policial de "articular politicamente com vistas a garantir, em órgãos civis e militares, a garantia do direito de não ser inquietado ou punido em virtude de opiniões pessoais sobre temas não-sensíveis".

Outro ponto defendido é a garantia à liberdade de reunião e de associação, mesmo

que fora dos sindicatos. Os policiais militares têm restrições à possibilidade de fazerem reivindicações coletivas, sendo proibida, por exemplo, a realização de greve.

O decreto entra na seara política e cita a necessidade de se garantir aos policiais o exercício do direito ao voto. A meta, diz o texto, é "estimular acordos com a Justiça Eleitoral visando à garantia da liberdade de votar e ser votado".

As diretrizes miram ainda o monitoramento de mortes e lesões de policiais e fala em "assegurar a produção e divulgação regular de dados e números" desses casos. Esses números são sempre cobrados pelas classes quando as polícias são criticadas pela alta letalidade durante as ações.

O direito à diversidade, em carreiras hoje majoritariamente compostas por homens, também tem menção.

São citadas a adoção de orientações e medidas para prevenção, identificação e enfrentamento ao racismo e fortalecimento da cultura de não discriminação e respeito à liberdade de orientação sexual.

A proposta cria um comitê que vai elaborar estudos com a participação da sociedade civil e das instituições acadêmicas para aprimorar as políticas públicas e a legislação.

O espaço também vai desenvolver planos complementares destinados à proteção e defesa dos direitos humanos, estabelecer indicadores quantitativos e qualitativos para o acompanhamento, monitoramento e avaliação periódicos das diretrizes nacionais e atuar como espaço de ouvidoria.

Na prática, as diretrizes do decreto serão acionadas pelo programa PraViver que, de acordo com o texto apresentado pelas deputadas, pretende "articular, consolidar e desenvolver mecanismos voltados à preservação dos direitos basilares inerentes aos profissionais de segurança pública".

A proposta prevê que as ações direcionadas ao alcance das diretrizes estabelecidas devem ser financiadas com verba do orçamento federal e emendas, parcerias com entes privados ou estados e municípios e por doações.

Presidente diz que reajuste para agentes pode ficar para 2023

Marianna Holanda

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse nesta sexta-feira (11) que o reajuste para policiais pode ficar para 2023 se não houver entendimento com demais servidores.

O governo federal reservou R\$ 1,7 bilhão no orçamento deste ano para conceder aumento para policiais federais, rodoviários federais e agentes penitenciários.

A medida, contudo, foi amplamente criticada pelo restante do funcionalismo público, cuja maior parte não recebe aumento desde 2017.

Policiais fazem parte da base eleitoral do presidente, que está atrás de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas pesquisas de

intenção de voto para as eleições deste ano.

"Se houver entendimento, por parte dos demais servidores, alguns ameaçam greve, etc, a gente pretende conceder essa recomposição aos policiais federais, rodoviários federais e aos agentes penitenciários. Se não houver entendimento, a gente lamenta e deixa para o ano que vem", afirmou Bolsonaro, em entrevista à TV Brasil.

O presidente reconheceu haver uma "polêmica" sobre o aumento e disse que houve uma "grita geral".

O Congresso, quando votava o orçamento de 2022 em dezembro do ano passado, chegou a retirar a previsão de reajuste para os policiais.

“Se houver entendimento, [...] a gente pretende conceder essa recomposição [...]. Se não houver entendimento, a gente lamenta e deixa para o ano que vem”

Jair Bolsonaro presidente da República



O presidente Jair Bolsonaro (PL) em cerimônia no Palácio do Planalto, nesta sexta-feira (11) Adriano Machado/Reuters

Contudo, após articulação do próprio presidente, a medida voltou para o texto.

Desde então, servidores públicos de diferentes categorias ameaçam entrar em greve. No final do ano passado, a possibilidade de reajuste salarial levou a uma debanda da na Receita Federal — mais de 300 auditores fiscais entregaram cargos de chefia.

Integrantes do governo passaram a tratar como certo que não haverá reajuste neste ano para nenhuma categoria. Ainda que o benefício fosse para uma parcela considerada do eleitorado do presidente, ele foi aconselhado por aliados a deixar de lado a medida, diante do potencial de se tomar um "tiro no pé".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Cotidiano Caderno: B Pagina: 1